

ACTA Nº 27 _____

No dia cinco de Novembro de dois mil e catorze, pelas oito horas e trinta minutos, no décimo quinto piso do prédio sito na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa, reuniu o Conselho de Administração do Novo Banco, S.A., com a presença dos Senhores Dr. Eduardo José Stock da Cunha, Dr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso, Dr. Vítor Manuel Lopes Fernandes e Dr. José João Guilherme. _____

A convite do Conselho de Administração estiveram presentes os membros do Conselho Fiscal, Senhores Dr. José Manuel de Oliveira Vitorino, Presidente, Dr. José António Noivo Alves da Fonseca e Dr. José Francisco Claro, para além do Chefe de Gabinete do Presidente do Conselho de Administração, Senhor Dr. José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt. _____

O Conselho de Administração reuniu a fim de apreciar e deliberar sobre os assuntos seguintes: _____

01.01.00 BES Angola - Aplicação da deliberação do BNA de 20.10.2014 _____

01.02.00 Estatuto do Banco de Transição _____

01.03.00 Ponto de situação sobre custos das participadas e sucursais do Novo Banco _____

01.04.00 Proposta de orçamento de custos com pessoal em 2015 _____

01.05.00 Proposta de retenção de colaboradores: _____

01.05.01 _____

01.05.02 _____

01.06.00 Aprovação das Actas das reuniões do Conselho de Administração em: _____

01.06.01 15.10.2014 _____

01.06.02 22.10.2014 _____

02.01.00 Evolução dos principais indicadores de liquidez e de crise _____

02.02.00 Entidades sob gestão do DFME _____

02.03.00 Emissão de certificados de bom cumprimento de obrigações da BES Finance

02.04.00 FINREP - Ponto de situação da implementação e pedido de extensão da consultoria. _____

03.01.00 Risco de Mercado - Estrutura organizativa e governance _____

03.02.00 Decisões relativas ao projecto de transição para Novo Banco _____

03.03.00 Proposta de colocação de apólice de seguros D&O e PI; actualização das condições finais do BBB _____

03.04.00 FST's do Novo Banco (Portugal) - Perspectiva actual de incrementos e reduções face à base anual _____

As propostas e documentos relativos aos assuntos acima referidos fazem parte



integrante e inseparável da presente acta, ficando arquivados em dossier próprio, dando-se aqui por reproduzido o seu conteúdo. _____

01.01.00 BES Angola - Aplicação da deliberação do BNA de 20.10.2014 _____

O Dr. Francisco Vieira da Cruz e o Dr. João Gomes da Silva, do Departamento de Assuntos Jurídicos, acompanhados pelo Dr. Rui Guerra, que até recentemente foi o responsável executivo do BES Angola (BESA), apresentaram, para conhecimento, uma síntese do processo de aplicação da deliberação do Banco Nacional de Angola (BNA) do passado dia 20 de Outubro, tendo como pano de fundo a revogação da garantia soberana antes concedida pelo Estado angolano ao BESA) consubstanciada nos seguintes aspectos principais: i) ajustamento dos fundos próprios do BESA, à data de 4 de Agosto p.p., em 489 mil milhões Kz., obrigando a um reforço imediato dos seus fundos próprios de pelo menos 426 mil milhões Kz.; ii) aumento de capital por conversão de parte do empréstimo bancário sénior, no montante de 361 mil milhões Kz., seguido de uma redução dos capitais próprios dos accionistas por absorção da totalidade dos prejuízos, implicando a diluição total das participações sociais antes detidas pelos accionistas do BESA; iii) aumento do capital em 65 mil milhões Kz, em numerário, a realizar pelos accionistas ou por entidades por estes convidadas e aceites pelo BNA; iv) conversão de 7 mil milhões Kz. do empréstimo interbancário sénior em capital, representando uma participação social de 9,9%, desde que tal seja autorizado pelas autoridades competentes para a subscrição em questão; v) conversão de 42 mil milhões Kz. do empréstimo interbancário sénior num empréstimo comum em USD e a taxas de mercado, reembolsável em 18 meses, com garantia prestada pelo BESA sobre 50% desse valor e constituída por títulos de dívida pública; vi) conversão de 42 mil milhões Kz. do empréstimo interbancário sénior num empréstimo subordinado em USD e a taxas de mercado, reembolsável em 10 anos, convertível em capital social até ao final do prazo de reembolso e desde que a participação no capital detida pelo Novo Banco não ultrapasse 19,99% do total; vii) este montante poderá ser acrescido em 7 mil milhões Kz. caso não se tenha concretizado a conversão de capital descrita no ponto iv) supra; e viii) emissão por parte do BESA de 50 mil milhões Kz. de instrumentos subordinados adicionais, de modo a assegurar a obtenção de rácios de solvabilidade superiores aos mínimos regulamentares. _____

Foi dada nota de que, na sequência da referida deliberação do BNA, o Novo Banco solicitou, no mesmo dia 20 de Outubro, a autorização do Banco de Portugal (BdP) para as operações de subscrição de capital e de conversão do crédito existente nos dois novos créditos, tendo o BdP respondido no dia 22 indicando que entendia que a

deliberação do BNA não carecia do consentimento do Novo Banco para produzir efeito, reconhecendo que as medidas tomadas eram as que permitiam assegurar a recuperação do crédito do Novo Banco e que iria promover junto do Governo a comunicação à Comissão Europeia das medidas tomadas pelo BNA, a fim de verificar a sua compatibilidade com a decisão State Aid n.º SA.39250. _____

Enviado no dia 24 esse pedido de apreciação por parte do Ministério das Finanças à Comissão Europeia, foi por esta respondido no dia 27 que partilhava o entendimento do Governo português de que a operação em questão constituía um "debt-to-equity swap" e não uma aquisição, situando-se assim fora do escopo do "aquisition ban" imposto ao Novo Banco. _____

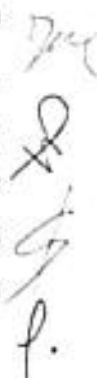
Tendo o Novo Banco obtido todas as autorizações ou não oposições relevantes, foi realizada, no passado dia 29, uma Assembleia Geral Extraordinária do BESA, promovida pelo BNA, com a finalidade de dar execução à referida deliberação e determinar os novos capital social, estrutura accionista e órgãos sociais do BESA. Em decorrência das decisões tomadas, o Novo Banco passou a ser detentor de uma participação de 7 mil milhões Kz. no Banco Económico (nova designação do BESA), correspondente a 9,722% do seu capital social. O Dr. Pedro Cruchinho passou a ser o único representante do Novo Banco na Comissão Executiva do BE. _____

Finalmente, em 30 de Outubro, foram celebrados os contratos referentes ao empréstimo comum e ao respectivo penhor, bem como ao empréstimo subordinado, cujas taxas de juro foram fixadas em, respectivamente, _____

O Dr. João Gomes da Silva concluiu a exposição sublinhando os próximos passos mais relevantes a dar, v.g. a formalização de um conjunto de actos referentes à Assembleia Geral e às operações realizadas, bem como a definição da participação do Novo Banco no governo do BE e, ainda, a clarificação junto do BdP de que este Banco, por deixar de ter qualquer relação de capital com o BES, deixa de estar impedido de manter um relacionamento bancário com o Novo Banco (Anexo 1). _____

01.02.00 Estatuto do Banco de Transição _____

O Dr. Francisco Vieira da Cruz e o Dr. João Gomes da Silva fizeram em seguida, a título recordatório, uma resenha das regras aplicáveis ao Novo Banco em função da sua natureza de banco de transição, nomeadamente em termos de princípios de gestão, transparência dos processos, limitações da competência do Conselho de Administração, limitações em matéria de emissão de valores mobiliários e de pagamento de remunerações sobre os mesmos, bem como de aquisição de activos ou de participações sociais, venda de activos e do próprio Banco e, ainda, de concessão de crédito ao BES, a



entidades do GES e a pessoas relacionadas com este grupo. _____

Entre os vários aspectos salientados e debatidos contam-se a limitação da aquisição de activos por recuperação de créditos e, por outro lado, a obrigatoriedade de informar o Banco de Portugal, com 3 dias de antecedência, relativamente a qualquer venda de activos de montante entre 20 e 100 milhões € (o que inviabiliza, na prática, qualquer actividade de "trading"). A questão de as vendas não poderem ter um impacto negativo na solvabilidade do Banco foi igualmente analisada, sendo entendimento de que esta regra deve ser entendida segundo um princípio de materialidade. _____

A concluir, o D. Eduardo Stock da Cunha solicitou ao DAJ que mantenha o Conselho informado de quaisquer alterações que se venham a verificar no regime legal do banco de transição (Anexo 2). _____

01.03.00 Ponto de situação sobre custos das participadas e sucursais do Novo Banco _____

O Dr. Paulo Vasconcelos, Assessor do Conselho de Administração, apresentou uma síntese do trabalho já realizado com vista a identificar poupanças de custos nas diferentes entidades que, para além do Novo Banco, integram este Grupo. _____

Com o detalhe constante do Anexo 3 à presente Acta, foram elencadas as principais iniciativas desenvolvidas e em curso, abrangendo as áreas dos fornecimentos e serviços de terceiros, bem como dos custos de pessoal (incluindo os associados a órgãos de gestão), tendo sido evidenciados os casos da _____ e do _____. Neste último, foi salientada a perspectiva de, face às medidas já tomadas e a tomar no ano em curso, se prever uma redução anual dos FST's em _____.

Face à ponderação feita, o Conselho de Administração solicitou a prossecução dos trabalhos de forma a que as diversas medidas já aprovadas e outras que venham a ser propostas e aprovadas possam ser implementadas com a maior rapidez possível e, por outro lado, vertidas para a proposta de orçamento de custos de 2015 presentemente em preparação. Foi solicitado que em apresentações futuras sobre esta matéria haja um cuidado especial em precisar as poupanças decorrentes das medidas, quantificando os respectivos impactos em 2014 e 2015 (base "full year"). _____

O Conselho deliberou ainda que se analise rapidamente o eventual interesse em abandonar a implementação do sistema _____ e no _____ optando pela adopção do sistema _____ na medida do aplicável aquele banco, tendo em conta quer as poupanças advenientes desse abandono vs. a necessidade de proceder a um "write-off" dos investimentos já realizados no _____.

que
td
p.

01.04.00 Proposta de orçamento de custos com pessoal em 2015. _____

Em seguida, o Dr. Pedro Raposo, do Departamento de Recursos Humanos, apresentou uma visão preliminar da evolução estimada dos custos com pessoal do Novo Banco em 2014 e em 2015. _____

Com o detalhe constante do Anexo 4 à presente Acta, foi evidenciado que se estima que os custos com pessoal ascendam a _____ € em _____, sendo que este valor incorpora um montante de _____ s (sem o que os custos de 2014 se teriam situado em _____ co do verificado em 2013). _____

Em seguida, foi elencado um conjunto de pressupostos considerados no exercício inicial feito de projecção dos custos com pessoal para 2015, v.g. i) a aplicação dos princípios ao Acordo Colectivo de Trabalho actualmente vigente (ainda que não aplicável ao Novo Banco em virtude de não pertencer no presente à APB), ii) a inexistência de uma contribuição em 2015 para o Plano Complementar de Reforma dos quadros directivos, iii) a manutenção da suspensão de despesas de representação e prémios em 2015, iv) a não contratação de recurso externos, excepto no Retalho (se necessário e no regime de trabalho temporário) e v) a concretização de _____ rescisões em 2015, com um custo projectado de _____ €.

Face aos pressupostos considerados, prevê-se que os custos com pessoal venham a montar _____ € no próximo ano, o que representa um decréscimo de _____, face ao valor previsto para 2014 (ou de apenas _____ expurgando o referido custo com _____).

Após ponderação, o Conselho deu um acordo genérico à prossecução dos trabalhos de preparação do orçamento de custos com pessoal nos moldes apresentados, sem prejuízo de uma apreciação adicional no quadro da análise global do orçamento do Grupo Novo Banco para o próximo ano, indicando que poderá haver flexibilidade para, sem agravamento material de custos, se proceder a uma troca entre o número de saídas por rescisão e o de pré-reformas. _____

01.05.00 Proposta de retenção de colaboradores: _____

01.05.01 _____) _____

01.05.02 _____) _____

O Dr. José Eduardo Bettencourt apresentou duas propostas de ajustamento das condições remuneratórias dos colaboradores _____, que exercem funções nos Departamentos de _____ e _____ respectivamente, fundamentadas na necessidade de reter estes colaboradores face ao

João
[Handwritten signature]

assédio de que foram alvo por parte de bancos concorrentes. _____

Após ponderação do teor das propostas em questão, detalhadas nos Anexos 5 e 6, respectivamente, foram as mesmas aprovadas, tendo o Conselho de Administração deliberado ainda que, de futuro, as propostas de ajustamento das condições remuneratórias de colaboradores do Banco deverão ser apreciadas e decididas em conjunto pelos Administradores com os pelouros dos Recursos Humanos e do colaborador em questão, sendo que, no caso de haver uma coincidência entre estes dois Administradores, a decisão deverá ser tomada pelo Administrador com o pelouro dos Recursos Humanos em conjunto com um outro qualquer Administrador. _____

01.06.00 Aprovação das Actas das reuniões do Conselho de Administração em: _____

01.06.01 15.10.2014 _____

01.06.02 22.10.2014 _____

O Conselho de Administração aprovou as actas das reuniões de 15 e 22 de Outubro p.p. (Anexos 7 e 8). _____

02.01.00 Evolução dos principais indicadores de liquidez e de crise _____

O Dr. Paulo Ferreira, a Dr.ª Elisabete Maçorano e o Dr. Rodrigo França, do Departamento Financeiro, de Mercados e Estudos, apresentaram um ponto de situação actualizado sobre a evolução recente dos principais indicadores de tesouraria do Banco, elaborado pelo Departamento Financeiro, de Mercados e Estudos. Entre outros aspectos, foram destacados os recursos de clientes particulares e "corporate" nas principais geografias, as tomadas junto do BCE e da facilidade de liquidez de emergência do Banco de Portugal, os correspondentes volumes de activos elegíveis para redesconto, os "gaps" de tesouraria nas várias unidades do Grupo e a qualidade do crédito do Novo Banco do ponto de vista dos seus CDS's (Anexo 9). _____

O Conselho de Administração analisou em especial a evolução registada ao longo do mês de Outubro e no início de Novembro, tendo sido salientados os seguintes aspectos:

i) os depósitos apresentaram um crescimento no mês de Outubro, passando de _____ a _____ ; € (valores provisórios); ii) a evolução da 1.ª para a 2.ª quinzena de Outubro foi igualmente positiva ;

); iii) mesmo desconsiderando o contributo muito significativo de um grupo de clientes institucionais, responsáveis por um aumento dos depósitos em _____ na 2.ª quinzena de Outubro, a variação dos depósitos dos restantes clientes foi positiva neste período ; €); iv) o nível de utilização da facilidade de liquidez de emergência (ELA) tem-se vindo a reduzir consistentemente, passando de _____ € em _____ o final desse mês e para _____

passado dia 4; e v) o "buffer" de activos disponíveis para obtenção de liquidez junto do BCE e da ELA atinge presentemente r _____ €, o que permite já alargar o "horizonte de sobrevivência", num cenário pessimista de continuação saída de recursos, para ca _____

Embora este conjunto de indicadores seja revelador de uma tendência de estabilização e, mesmo de início de recuperação, foi considerado essencial prosseguir o esforço em curso de aumento dos depósitos (v.g. recuperando os valores que clientes tenham retirado na fase aguda da crise do BES e logo a seguir à cisão), de reforço dos activos colateralizáveis junto do BCE, de redução do nível de utilização da ELA e de venda de activos. _____

02.02.00 Entidades sob gestão do DFME _____

O Dr. Paulo Ferreira, a Dr.ª Elisabete Maçorano e o Dr. Rodrigo França apresentaram em seguida um ponto de situação sobre as diversas sucursais e participadas do Novo Banco cuja actividade é acompanhada pelo DFME, nomeadamente a sucursal em Cayman, a BES Finance, a BES GmbH, o Bank Espírito Santo International (BESIL) e o BIC International Bank (BIBL). _____

Com o detalhe constante do Anexo 10 à presente Acta, foi feita uma caracterização da situação de cada uma das referidas entidades, tendo sido destacados os seguintes aspectos: _____

1. Sucursal em Cayman: i) o _____ indicou pretender repatriar para Portugal as operações aqui existentes, libertando a licença, o que nos permite despoletar a criação da Sucursal do Novo Banco naquela geografia; ii) a actividade está limitada ao negócio existente, v.g. renovação de depósitos a prazo; iii) o reconhecimento da venda da _____ ou ao desreconhecimento da correspondente dívida da _____ no montante de _____ aguarda-se aprovação da Autoridade da _____ e do _____), tendo sido feita uma reposição da provisão em excesso, no montante c _____ €, nas contas de Setembro; _____
2. BES Finance: i) de acordo com a medida de resolução, as garantias subordinadas associadas à dívida subordinada e acções preferenciais da BES Finance não foram transferidas para o Novo Banco; ii) os depósitos subordinados (que replicam as emissões subordinadas e acções preferenciais) aplicados no BES Sucursal de Cayman mantiveram-se no BES (estes fundos foram considerados, no passado, como fundos próprios do BES, pelo que se encontram no âmbito da resolução; iii) as garantias recebidas do BES Sucursal de Londres, referentes às emissões subordinadas e acções preferenciais, mantiveram-se no BES; iv) considera-se que

Handwritten signatures and initials:
pcc
P
P
P

haverá um "event of default" na dívida subordinada da BES Finance caso o BES (o garante) declare insolvência; vi) tal provocaria um "cross-default" na restante dívida emitida pela BES Finance, o que, por sua vez, poderia provocar um "cross-default" no Novo Banco; vii) para evitar tal situação, ir-se-á iniciar negociações com o "Trustee" com o intuito de substituir a BES Finance como emitente para toda a dívida sénior garantida pelo Novo Banco, a consubstanciar na cisão da empresa, dando origem a uma nova entidade (NB Finance); viii) caso esta proposta seja aceite, o Banco de Portugal (BdP) deverá ajustar a medida de resolução, mantendo a participação deste veículo no BES; ix) a medida de resolução aplicada ao BES, com impacto nos activos e passivos da BES Finance, colocam a BES Finance numa situação legal delicada, sendo que as acções ordinárias da BES Finance foram transferidas para o Novo Banco, mas essa transferência não se encontra legalmente efectuada, i.e., registada em Cayman (aguarda-se uma declaração do BES a confirmar a transferência das acções para o Novo Banco).

3. BES GmbH: i) os dividendos recebidos do BESIL têm beneficiado de uma isenção de 95%, uma vez que o BESIL era considerado um banco activo e não tem operações com entidades do Grupo com rendimentos na Alemanha; ii) a BES GmbH está a ser alvo de uma inspecção fiscal no presente, existindo c

consequentemente, o benefício da _____); e iii) a análise feita pela PricewaterhouseCoopers aos impactos da liquidação do BES GmbH aponta para a vantagem em no presente, dada a existência da referida inspecção fiscal em curso na Alemanha, ser de manter a sociedade em operação, evitando eventuais más interpretações por parte das Autoridades fiscais alemãs.

4. BESIL: i) o recurso ao BIBL para "fronting" às operações do BESIL com o Grupo Novo Banco assegura a condição de este de não ter contrapartes com rendimentos na Alemanha; e ii) a análise feita pela PricewaterhouseCoopers aos impactos da liquidação do BESIL aponta para a vantagem em no presente manter a actividade, voltando a ter alguma actividade de "trading", de modo a _____ e

rendimentos atribuídos ao accionista (BES GmbH).

5. BIBL: i) até à medida de resolução, prestava garantias ao BES relativamente à exposição deste ao BES Angola, as quais eram, por sua vez, cobertas por *credit default swaps* realizados com o BESIL; ii) em Setembro p.p. apresentava uma _____ em virtude do provisionamento do crédito

ao ES Bank of Panama; e iii) a análise da PricewaterhouseCoopers aos impactos da liquidação do BIBL aponta igualmente para a vantagem em, não obstante a necessidade de proceder ao reforço dos capitais próprios do banco, manter esta entidade em actividade, dado que a perda decorrente da sua liquidação não é dedutível no Novo Banco. _____

Após a prestação de alguns esclarecimentos e a ponderação dos pontos apresentados, o Conselho concordou com todas as propostas acima apresentadas, nos termos constantes do Anexo 10 à presente Acta. _____

02.03.00 Emissão de certificados de bom cumprimento de obrigações da BES Finance _____

O Dr. Paulo Ferreira apresentou ainda, nos termos descritos no Anexo 11 à presente Acta, um pedido de ratificação da decisão de aceitar a emissão por parte dos actuais administradores da BES Finance de certificados de bom cumprimento das responsabilidades daquela entidade enquanto emitente de i) 28 obrigações sênior e 2 obrigações subordinadas perpétuas, ambas garantidas ao abrigo do actual programa EMTN, ii) emissão trocável em acções Bradesco e iii) emissão trocável em acções EDP.

Conforme se detalha no referido Anexo 11, esta situação decorre da circunstância de a BES Finance deter dívida não sênior que o Novo Banco se encontra impedido, por força da medida de resolução, de honrar, mas que importa solucionar de forma a evitar uma situação de "cross-default" que pudesse colocar em causa, em última instância, a própria dívida sênior emitida pelo Novo Banco. _____

A emissão dos certificados em questão por parte da administração da BES Finance insere-se nas medidas a tomar com o objectivo de evitar o referido "cross-default", sendo necessário que, em contrapartida, i) sejam aceites pela Administração do Novo Banco as circunstâncias em que os referidos certificados são emitidos e ii) seja garantida pelo Novo Banco a cobertura de quaisquer responsabilidades que por força da emissão destes certificados pudessem recair sobre os Administradores da BES Finance. _____

Após ponderação, o Conselho ratificou a decisão de aprovar as propostas supra nos termos formulados. _____

02.04.00 FINREP - Ponto de situação da implementação e pedido de extensão da consultoria KPMG _____

O Dr. Jorge Cardoso apresentou um breve ponto de situação sobre a evolução dos trabalhos do Projecto FINREP, que visa corresponder a um conjunto de requisitos emanados da European Banking Authority (EBA) em matéria de novos reportes contabilísticos e prudenciais destinados a harmonizar e garantir a comparabilidade da

J.C.
J.C.
J.C.

informação financeira no âmbito da publicação da CRD IV (Directiva de Requisitos de Capital IV). _____

Após um enquadramento dos trabalhos já desenvolvidos, dando nota de que estão a decorrer os testes de aceitação inicial com vista à entrega do primeiro reporte FINREP em 11 de Novembro p.f., prosseguindo-se depois para a entrega de novos reportes em Dezembro e em Fevereiro de 2015, foi explicado que o DPC e o DIG consideram necessário poder continuar recorrer aos serviços de consultoria de _____ estendendo o trabalho em curso (o qual decorrerá até 11 de Novembro p.f.). _____

Tal decorre do facto de, em consequência do processo de resolução do BES, ter sido necessário afectar recursos internos a outras actividades, pelo que, em concreto, se propõe estender o apoio da _____, por um período de _____ semanas, até Fevereiro p.f., com um custo estimado de _____, não previsto em orçamento. _____

Após análise dos objectivos detalhados a atingir em virtude da contratação dos serviços ora propostos, detalhados no Anexo 12 à presente Acta, o Conselho aprovou a proposta nos termos formulados. _____

03.01.00 Risco de Mercado - Estrutura organizativa e governance _____

O Dr. Rui Fontes, do Departamento de Risco Global, o Dr. Paulo Ferreira, a Dr.ª Elisabete Maçorano e o Dr. Rodrigo França, do Departamento Financeiro, de Mercados e Estudos, apresentaram um ponto de situação sobre as alterações introduzidas em matéria do controlo de risco da Sala de Mercados, envolvendo i) a passagem do "back-office" da Sala para o DEO, do controlo dos limites de contraparte para o DRG e da contabilidade das entidades do Grupo em Cayman e na Irlanda para o DPC e ii) a aprovação posterior do alargamento do âmbito de actuação do DRG nesta área. _____

Face ao trabalho conjunto entretanto realizado e considerando as funções associadas ao risco de risco de mercado, v.g. a definição da estratégia e de políticas neste domínio, a modelização deste risco e a sua gestão e operacionalização (englobando as funções de identificação do risco, sua medição e avaliação, monitorização, mitigação e reporte), propõe-se que caiba ao DRG: i) definir parâmetros e a metodologia de calibração para o apetite de risco, bem como (com o DFME) estabelecer o nível de apetite de risco, a propor pelo Conselho (ou em sede de Comité CALCO ou de Comité de Risco, ainda a definir), ii) monitorizar a performance face ao apetite de risco e limites estabelecidos; iii) propôr a lista de parâmetros para os limites; iv) definir a metodologia de calibração; v) reportar a evolução dos valores reais face aos limites em vigor, assinalando eventuais excessos; vi) propor métricas necessárias e desenvolver modelos; vii) monitorizar regularmente as métricas adoptadas; e viii) solicitar acções correctivas por forma a

J. J.
R.
J.
f.

manter o risco de mercado em níveis apropriados. _____

Neste contexto proposto, caberia ao DFME i) operacionalizar o apetite de risco adoptado pelo Banco, ii) gerir o risco de mercado de acordo com os limites estabelecidos e iii) em geral, executar as estratégias definidas. _____

Numa primeira fase, o DRG irá assegurar o controlo de limites actualmente existentes utilizando as ferramentas transferidas do DFME. Adicionalmente, será necessário continuar a investir para melhorar um conjunto de pontos, detalhados no Anexo 13 à presente Acta, incluindo em matéria de implementação de limites de risco de contraparte bloqueantes. _____

Sobre este ponto, o Conselho de Administração deliberou que, sem prejuízo de um ponderação e subsequente proposta de limites risco de contraparte, a submeter ao Conselho para decisão, se deverá reduzir de imediato o referido risco para um limite de VaR de 20 milhões €. _____

O Dr. Rui Fontes deu ainda nota de que, face à situação e posicionamento da actividade do Novo Banco e tendo em conta a integração das equipas do DFME, o DRG pretende priorizar as actividades de controlo de risco em detrimento de uma maior sofisticação das ferramentas analíticas, pelo que se pretendia adiar a implementação da nova ferramenta de risco mercado (MGR - Market Risk), cujo prazo de implementação era de 18 meses e que suportaria uma candidatura a modelos internos, adaptando-a à nova estratégia de negócio e nova legislação de requisitos regulamentares (CVA). Tal implicaria a informação ao Banco de Portugal sobre esta opção, na medida em que o BES se tinha comprometido com aquela entidade a implementar uma nova ferramenta de quantificação de risco. _____

Após ponderação, o Conselho aprovou todas as propostas apresentadas, solicitando ainda que o DFME, o DRG e o DGP, sob a coordenação do Dr. José João Guilherme, apresentem ao Conselho, até à última semana de Novembro, uma proposta de modelo a instituir sobre a determinação e validação dos valores de avaliação de activos financeiros não cotados comercializados pelo Banco. _____

03.02.00 Decisões relativas ao projecto de transição para Novo Banco _____

O Eng.º Miguel Rio Tinto, Director-Geral do Novo Banco, e o Eng.º Paulo Jesus, do Departamento de Organização e Qualidade, apresentaram um ponto de situação relativo ao projecto de transição para o Novo Banco, destacando os seguintes aspectos criticos e/ou que careciam de orientação por parte do Conselho: _____

1) Designação das pessoas para preencher algumas vagas em órgãos sociais de sociedades participadas, tendo o Eng.º Paulo Jesus referido que, após o trabalho _____

7/11
X
f.

realizado relativamente a um grupo de entidades consideradas mais críticas, se estava a concluir o levantamento de um segundo grupo de entidades, cujos "dossiers" se conta entregar na próxima semana aos respectivos Administradores de pelouro; _____

2) Relativamente ao registo da transmissão massiva da propriedade, foi referido que, na sequência das diligências efectuadas, o Banco de Portugal (BdP) havia notificado o Novo Banco e o IRN da deliberação que identifica os bens e direitos transferidos para o Novo Banco, tendo essa listagem já sido transmitida ao SIR, onde os registos de transmissão já estão pedidos; esta entidade irá dar prioridade aos casos que lhe foram indicados como mais urgentes, tendo já começado esse trabalho (de que serão feitos pontos de situação semanais com o Banco); _____

3) No respeitante aos termos de cancelamento de hipotecas, foi dada nota de que i) no tocante às que garantem créditos liquidados antes de 3 de Agosto, se encontram já emitidos os distrates e de que ii) no referente às que garantem créditos liquidados entre 3 de Agosto e 2 de Outubro, está em curso um novo procedimento junto do BdP para identificação dos bens que não foram considerados nas listagens enviadas ao SIR; _____

4) Em relação à formalização do contrato de prestação de serviços entre o Novo Banco e o BES, foi referido que o mesmo foi enviado ao BES para assinatura. _____

5) Relativamente ao acesso aos sistemas de informação do Novo Banco por parte de colaboradores do BES, foi referido que o Novo Banco e o BES acordaram em apresentar um pedido conjunto ao BdP com vista a permitir o acesso em causa; _____

6) Finalmente, foi salientado que, face ao indeferimento por parte do RNPC dos nomes propostos para a designação de um conjunto de entidades do Grupo ESAF, se propunha apresentar um novo pedido em que a designação comum a estas entidades se iniciaria com "GNB" (a ESAF preferia "NBGA"). Sobre este ponto, o Conselho deliberou que o pedido a apresentar deveria ser o correspondente à primeira alternativa antes apresentada. _____

Agradecendo a exposição feita, o Conselho solicitou que seja transmitida ao Departamento de Comunicação a informação de que os casos de cancelamento de hipotecas começaram já a ser resolvidos, com vista a que dela possa ser dado conhecimento na comunicação social (Anexo 14). _____

03.03.00 Proposta de colocação de apólice de seguros D&O e PI; actualização das condições finais do BBB _____

Na sequência da aprovação da subscrição dos seguros "Directors & Officers" (D&O), "Professional Indemnity" (PI) e "Bankers Blanket Bond" (BBB), deliberada pelo Conselho em 14 de Outubro p.p., a Dr.ª Isabel Santos, do Departamento de Negociação e Controlo

J. M.
X
P.

de Custos, apresentou uma síntese dos desenvolvimentos havidos nesta matéria desde então por forma a se poderem, em definitivo, contratualizar os mesmos.

Relativamente ao primeiro, foi dada nota de que se havia obtido cotações para diferentes níveis de cobertura de capital (10, 20, 30 e 50 milhões €), tendo, após ponderação, o Conselho deliberado que, considerando quer o capital anteriormente coberto (50 milhões €), quer o agravamento dos riscos decorrentes da crise do BES e da sua cisão em Agosto p.p., é de adoptar a cobertura com um capital de 50 milhões €, com um custo de ..., pelo que, sem prejuízo de um acordo sobre uns aspectos residuais das cláusulas ainda em negociação, se deverá celebrar o contrato nos termos ora considerados.

Relativamente ao seguro PI, foi proposto que se introduza um sub-limite de 5 milhões € por cada sinistro, de forma a reduzir o prémio comercial em ..., o que foi aprovado por unanimidade dos presentes.

Por fim, relativamente ao seguro BBB, foi dada nota de que, após negociação, foi possível colocar ... do capital na ... sem custos de "fronting" (poupança de ...), estimando-se que o novo prémio comercial ascenda ... (redução de ca. : ...), (Anexo 15).

03.04.00 FST's do Novo Banco (Portugal) - Perspectiva actual de incrementos e reduções face à base anual

A Dr.ª Isabel Santos apresentou em seguida um ponto de situação sobre as perspectivas actuais dos custos com fornecimentos e serviços de terceiros do Novo Banco (Portugal) em 2014, as quais, antes de incorporarem os resultados do processo orçamental para 2015 presentemente em curso, apontam para incrementos e para reduções face à base anual existente (... €), de, respectivamente, ...

Com o detalhe constante do Anexo 16 à presente Acta, foram evidenciadas essas variações face à base anual de FST's, sendo ainda dada nota da existência de um conjunto de oportunidades a explorar (cuja base de custos associadas a potenciais de corte de custos referentes v.g. à SIBS, a aluguer operacional de viaturas, representações no estrangeiro, agências noticiosas, "call center", formação e advogados.

Face à natureza continua deste trabalho de levantamento de oportunidades de redução de custos, foi proposto que as mesmas passem a ser objecto de acompanhamento mensal no Comité de Custos e Investimentos, o que foi aprovado pelo Conselho.

E como mais nada houvesse a deliberar, foi encerrada a reunião, tendo da mesma sido elaborada a presente acta pelo Dr. Artur Miguel Marques da Rocha Gouveia, a qual,

depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros presentes. _____

D. MOURÃO 

M. MOURÃO 

M. MOURÃO 

M. MOURÃO 

